

LEI N° 616, de 19 de abril de 2023

"FIXA O VALOR DAS DIÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, AOS SERVIDORES, COORDENADORES, DIRETORES, SECRETÁRIOS, VICE-PREFEITO E PREFEITO, QUANDO EM MISSÃO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOCANTINIA, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, Faz Saber, que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - É fixado o valor das diárias dos servidores para indenizar despesa de hotel e alimentação, quando em viajem para fora da sede funcional, à serviço ou para participar de curso de especialização, a qual somente se dará com a devida autorização do Chefe do Poder Executivo, ou graduado por delegação, as quais serão indenizadas de acordo com Anexo único deste Projeto de Lei.

Art. 2°. O Prefeito Municipal, Vice-prefeito, Secretários, Diretores, Coordenador, Chefes de Setores, e demais funcionários que viajar para atividades relacionadas com o exercício de suas funções ou em representação do Poder Executivo, dentro ou fora do Estado, devidamente autorizado pela Autoridade Competente, será assegurado o pagamento de diárias, nesta, entendidas despesas de hotel, transporte e



alimentação, de acordo com os valores fixados no Anexo único desta Lei.

- Art. 3° Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo único deste Projeto de Lei.
- § 1° O Executivo Municipal fica autorizado a atualizar, periodicamente, por Decreto, os valores das diárias de viagens constantes da Tabela do Anexo desta Lei, mediante a aplicação do coeficiente representativo da variação da inflação, nos termos do índice oficial do Governo Federal.
- Art. 4° São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, o Prefeito, Secretário Municipal de Administração e Finanças e Gestores dos Fundos Municipais.
- Art. 5° A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada na sede.
- Art. 6° Quando o servidor se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas e inferior a 24 (vinte e quatro) horas, havendo comprovação de pagamento de pousada, por meio de documento legal, será devida diária integral.

Parágrafo único - Ocorrendo afastamento por período igual ou superior a 6 (seis) horas, serão devidos 50% (cinquenta por cento) da diária integral.



Art. 7° - A diária não é devida:

- I no período de trânsito, ao servidor que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;
- II quando o deslocamento do servidor durar menos de
 6 (seis) horas;
- III quando o deslocamento se der para localidade onde
 o servidor seja domiciliado;
- IV quando o servidor dispuser de alimentação e pousada oficiais gratuitas ou incluídas em evento para o qual esteja inscrito.
- V quando o descolamento for inferior a 100 km e não houver necessidade de pernoite e alimentação;
- Art. 8° O servidor que, por convocação expressa, afastar-se de sua sede acompanhando, na condição de assessor, o Prefeito, Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, fará jus ao mesmo tratamento dispensado a essas Autoridades, no que se refere às despesas de viagem.

Parágrafo único - Quando dois ou mais servidores, que recebam diárias com valores diferenciados, viajarem juntos para participar de uma mesma atividade técnica, será concedida a todos, diária equivalente à do servidor que estiver



enquadrado na faixa superior, desde que autorizado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.

- Art. 9° As diárias, até o limite de 10 (dez), serão
 pagas antecipadamente.
- § 1° Quando a viagem ultrapassar esse limite, as diárias excedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada, caso em que poderão ser pagas parceladamente, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.
- § 2° Nos casos de emergência, as diárias poderão ser pagas após o início da viagem do servidor, mediante justificativa fundamentada do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.
- § 3° A viagem que ocorrer no sábado, domingo ou feriado será expressamente justificada e autorizada pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.
- Art. 10° Ao servidor poderá ser concedido adiantamento de numerário para aquisição de passagens, exceto aéreas, caso não seja utilizado para viagem, veículo oficial ou passe.

Parágrafo único - O servidor que viajar por via aérea deverá fazer uso, preferencialmente, da classe econômica.



- Art. 11° Não serão autorizadas viagens em veículo particular, excetuando-se aquelas realizadas em veículos locados ou cedidos aos órgãos, fundações e autarquias.
- § 1° Excepcionalmente, ouvida previamente a Secretaria Municipal de Administração, o dirigente do órgão da administração direta poderá permitir o uso do veículo do próprio servidor para sua locomoção de uma para outra localidade, no interesse do serviço.
- Art. 12° Em todos os casos de deslocamento para viagem previstos nesta Lei, o servidor é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 3 (três) dias úteis subseqüentes ao retorno à sede, e restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.
- § 1° Caso a viagem do servidor ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.
- § 2° Nos casos em que o servidor viajar sem prejuízo de sua remuneração, sem fazer jus à diária de viagem, apresentará somente relatório técnico.
- § 3° A autoridade concedente exigirá os comprovantes de passagem de avião ou ônibus, e, no caso de veículo oficial, a Autorização para Saída de Veículo.



- § 4° A autoridade concedente exigirá os comprovantes fiscais de hospedagens e alimentação, quando for autorizada a viagem em veículo particular, ou documento que comprove que o servidor esteve presente no local de destino.
- § 5° O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo sujeitará o servidor ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.
- § 6° A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é, respectivamente, das autoridades solicitante e concedente.
- § 7° Cabe ao Secretário Municipal de Administração examinar a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas nesta Lei.
- Art. 13° As despesas de viagens do Prefeito e do Vice-Prefeito serão pagas com a adoção de um destes critérios:
- I pelos valores correspondentes ao Anexo único deste projeto de Lei;
- II pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização;

- III pelo regime de adiantamento, tendo por base a
 previsão de despesas;
- Art. 14° Aos empregados terceirizados aplica-se o
 disposto nesta Lei, a partir da data de sua publicação.
- Art. 15° Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.
- Art. 16° É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.
- Art. 17° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias das unidades orçamentárias em que estiver lotado o servidor.
- Art. 18° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.
- GABINETE DO PREFEITO, PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TCANTÍNIA, Estado do Tocantins, em 19 de abril de 2023.

MANOEL SILVINO GOMES NETO

Prefeito Municipal

/ágina /



LEI N° 616, de 19 de abril de 2023

ANEXO I

TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS E TAXA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

CARGO	DESTINO	VALOR R\$
PREFEITO MUNICIPAL	INTERIOR DO EST. DO TO-	300,00
	CANTINS	
	PALMAS-TO, ARAGUAINA E	400,00
	GURUPI, ESTADO DO TOCAN-	
	TINS	
	OUTROS ESTADOS	800,00

CARGO	DESTINO	VALOR R\$
VICE-PREFEITO, SECRE-	INTERIOR DO EST. DO TO-	200,00
TÁRIOS, CHEFE DE SE-	CANTINS	
TORES, DIRETORES E	PALMAS-TO, ARAGUAINA E	250 , 00
DEMAIS SERVIDORES	GURUPI, ESTADO DO TOCAN-	
EFETIVOS, COMISSIONA-	TINS	
DOS E CONTRATADOS.	OUTROS ESTADOS	400,00

ADICIONAL	DESTINO	VALOR R\$
ADICIONAL DE EMBARQUE	OUTROS ESTADOS	100,00
E DESEMBARQUE		

MANOEL SILVINO GOMES NETO

Prefeito Municipal

